

Direito Notarial e Registral

1. Com base no Provimento Conjunto nº 93/2020/CGJ/TJMG, **assinale a alternativa correta:**

- A) O princípio da fé pública assegura a autenticidade dos atos emanados dos serviços notariais e de registro, gerando presunção relativa de validade.
- B) O princípio da publicidade garante a oponibilidade dos atos apenas entre as partes interessadas.
- C) O princípio da reserva de iniciativa autoriza, como regra, atos de averbação de ofício pelo registrador.
- D) O princípio da oficialidade condiciona a validade do ato à manifestação expressa do interessado perante o oficial.

Gabarito: A

A — Correta

O Provimento nº 93/2020 estabelece que o princípio da fé pública assegura autenticidade dos atos notariais e registrais, gerando presunção relativa de validade. (Art. 5º, I)

B — Incorreta

A publicidade assegura o conhecimento de todos sobre o conteúdo dos registros e garante sua oponibilidade contra terceiros, e não apenas entre partes. (Art. 5º, II)

C — Incorreta

O princípio da reserva de iniciativa veda registros e averbações de ofício, salvo hipóteses legais, sendo ato de iniciativa do interessado. (Art. 5º, VII)

D — Incorreta

O princípio da oficialidade condiciona a validade do ato à realização por agente legitimamente investido, e não à manifestação expressa do interessado. (Art. 5º, VI)

2. Com base no Provimento Conjunto nº 93/2020/CGJ/TJMG, **assinale a alternativa correta:**

- A) É permitida a acumulação dos serviços de notas e de registro de imóveis na mesma unidade, desde que prevista na Lei Complementar estadual nº 59/2001.
- B) Os titulares poderão praticar pessoalmente atos em seu interesse, desde que não haja benefício direto ao cônjuge.
- C) O delegatário que pretenda concorrer a mandato eletivo deve afastar-se da atividade delegada até 6 meses antes do pleito.
- D) Os interinos que pretendam concorrer a mandato eletivo deverão se desincompatibilizar até 3 meses antes do pleito eleitoral, sem direito à remuneração no período.

Gabarito: D

A — Incorreta

É vedada a acumulação dos serviços de notas e registro de imóveis na mesma unidade, independentemente da LC estadual nº 59/2001. (Art. 15, parágrafo único)

B — Incorreta

Os titulares não podem praticar atos de seu interesse ou de seu cônjuge ou parentes até o terceiro grau, sem exceções. (Art. 16)

C — Incorreta

O afastamento do delegatário candidato deve ocorrer até 3 meses antes, e não 6 meses. (Art. 16-A caput)

D — Correta

Os interinos ou interventores devem se desincompatibilizar 3 meses antes do pleito, sem direito à remuneração no período. (Art. 16-A, § 1º)

3. Com base no Provimento Conjunto nº 93/2020/CGJ/TJMG, assinale a alternativa correta:

I. A certidão para protesto da decisão judicial deve conter o número do processo, o valor atualizado da dívida e a menção ao trânsito em julgado, salvo nas decisões provisórias de alimentos.

II. O valor a ser protestado poderá incluir a multa cominatória de 10% e os honorários advocatícios, desde que indicado sob responsabilidade do interessado.

III. O executado que propuser ação rescisória para impugnar a decisão exequenda deverá requerer o cancelamento imediato do protesto, independentemente de decisão judicial.

IV. Cabe o protesto exclusivamente dos honorários advocatícios, decorrentes de decisão judicial, sendo vedado o protesto de honorários contratados por instrumento particular.

A) I, III e IV, apenas.

B) I e II, apenas.

C) II e III, apenas.

D) I, II e IV, apenas.

Gabarito: B

I — Correta

A certidão deve conter número do processo, valor atualizado, menção ao trânsito em julgado, salvo nas decisões provisórias de alimentos, entre outros requisitos. (Art. 322, I a VI)

II — Correta

O valor indicado pelo interessado pode incluir multa de 10% e honorários advocatícios, sob sua responsabilidade. (Art. 322, § 1º)

III — Incorreta

A rescisória permite apenas anotação da propositura da ação à margem do título, e não cancelamento automático do protesto. (Art. 322, § 2º)

IV — Incorreta

Cabe o protesto exclusivamente dos honorários, tanto judiciais quanto contratuais, sendo apenas vedada a duplicata de serviços. (Art. 322, § 4º)

4. Com base no Provimento Conjunto nº 93/2020/CGJ/TJMG, todas estão corretas, exceto:

- A) É permitido ao oficial registrar atos constitutivos de pessoas jurídicas privadas com nomenclatura que contenha as palavras “tribunal” ou “cartório”, quando não houver risco de confusão com órgãos públicos.
- B) É vedado registrar ou averbar alteração de atos constitutivos de sociedade cooperativa.
- C) É vedado registrar atos de pessoas jurídicas privadas cuja denominação reproduza siglas ou denominações de órgãos públicos ou organismos internacionais.
- D) É vedado averbar alteração de sede em nova serventia sem prévia averbação à margem do registro original.

Gabarito: A

Letra A — Incorreta

É vedado o registro ou alteração de atos constitutivos cuja nomenclatura contenha palavras como “tribunal”, “cartório”, “registro” ou similares, independentemente de potencial confusão com órgãos públicos. (Art. 487, IV)

Letra B — Correta

É vedado ao oficial o registro ou averbação de alteração de atos constitutivos de sociedade cooperativa. (Art. 487, VII)

Letra C — Correta

É vedado registrar atos com nome idêntico ou semelhante a outro já existente, ou que reproduza siglas/denominações de órgãos públicos ou organismos internacionais. (Art. 487, V)

Letra D — Correta

É vedado averbar alteração de sede em nova serventia sem prévia averbação à margem do registro original. (Art. 487, II)

5. Com base no Provimento Conjunto nº 93/2020/CGJ/TJMG, assinale a alternativa correta quanto aos prazos previstos para a habilitação de casamento:

- A) 5 dias úteis para extração do certificado de habilitação e 90 dias de eficácia do certificado.
- B) 3 dias úteis para extração do certificado de habilitação e 60 dias de eficácia do certificado.
- C) 5 dias corridos para extração do certificado de habilitação e 120 dias de eficácia do certificado.
- D) 10 dias úteis para extração do certificado de habilitação e 90 dias de eficácia do certificado.

Gabarito: A

A — Correta

O certificado deve ser extraído em até 5 dias úteis, com eficácia de 90 dias a partir da emissão. (Art. 593, caput)

B — Incorreta

O prazo não é de 3 dias úteis nem o certificado tem eficácia de 60 dias. (Art. 593, caput)

C — Incorreta

O prazo é de 5 dias úteis, não corridos, e a eficácia não é de 120 dias, mas de 90 dias. (Art. 593, caput)

D — Incorreta

Não há previsão de 10 dias úteis para expedição; o prazo é de 5 dias úteis. (Art. 593, caput)

6. Maria e João deram entrada no processo de habilitação para casamento. Após o prazo do edital de proclamas, foi apresentada arguição de causa suspensiva por terceiro. O oficial notificou os nubentes, que apresentaram documentos, e remeteu os autos ao juízo competente. À luz do Provimento Conjunto nº 93/2020/CGJ/TJMG, **assinale a alternativa correta** quanto aos prazos aplicáveis ao procedimento:

- A) O juiz decidirá em 24 horas, após manifestação do Ministério Público e dos interessados.
- B) Os nubentes terão 5 dias para indicar provas, e o juiz decidirá em até 10 dias.
- C) Os nubentes indicarão provas em 24 horas; as partes produzirão provas em 3 dias; o MP e os interessados se manifestarão em 5 dias; e o juiz decidirá em igual prazo.
- D) As partes produzirão provas em 24 horas, e o juiz decidirá em 3 dias, após manifestação do Ministério Público.

Gabarito: C

A — Incorreta

O prazo para indicação de provas pelos nubentes é 24 horas, mas o juiz não decide em 24 horas. (Art. 598, parágrafo único)

B — Incorreta

Os nubentes não têm 5 dias para indicar provas; o prazo é de 24 horas, e o juiz decide em prazo igual ao da oitiva (5 dias). (Art. 598, parágrafo único)

C — Correta

O Provimento prevê: 24 horas para indicação de provas, 3 dias para produção das provas, 5 dias para manifestação do MP e dos interessados, decisão judicial em igual prazo (5 dias). (Art. 598, parágrafo único)

D — Incorreta

A produção de provas ocorre em 3 dias, não 24 horas, e o juiz decide em 5 dias, e não em 3. (Art. 598, parágrafo único)

7. Com base no Provimento Conjunto nº 93/2020/CGJ/TJMG, **assinale a alternativa correta:**

- A) O tabelião poderá lavrar a escritura ainda que não tenha sido realizada a averbação do georreferenciamento, dispensada a advertência na escritura.
- B) Para lavratura da escritura, o tabelião deverá apenas verificar se há recolhimento do ITBI ou ITCD, sendo dispensada a conferência de compatibilidade de áreas.
- C) Será permitida a alteração da área de reserva legal entre áreas resultantes, ainda que sem autorização ambiental, desde que haja ART ou RRT.
- D) As áreas resultantes da divisão de imóvel rural deverão ser equivalentes ou superiores à Fração Mínima de Parcelamento.

Gabarito: D

A — Incorreta

O tabelião deve orientar a parte à averbação prévia do georreferenciamento e a advertência deve constar na escritura. (Art. 204, caput)

B — Incorreta

Além do recolhimento de tributos, o tabelião deve conferir compatibilidade das áreas e eventual transmissão de parte ideal. (Art. 204, § 1º)

C — Incorreta

A redistribuição da reserva legal exige autorização do órgão ambiental, ainda que acompanhada de ART/RRT/TRT. (Art. 204, § 2º)

D — Correta

A norma exige que as áreas resultantes sejam equivalentes ou superiores à FMP (Fração Mínima de Parcelamento). (Art. 204, § 3º)

8. Com base no Provimento Conjunto nº 93/2020/CGJ/TJMG, assinale a alternativa correta:

- A) Os documentos apresentados para integralização de imóvel ao capital social podem ter data de lavratura de até 60 dias.
- B) Para integralização de imóvel, é suficiente a apresentação da certidão de matrícula atualizada, dispensada a certidão negativa de ônus.
- C) O imóvel utilizado na integralização pode estar em nome de terceiros, independentemente de previsão legal específica.
- D) A certidão de matrícula e a certidão negativa de ônus devem ter data de lavratura não superior a 30 dias.

Gabarito: D

A — Incorreta

A certidão de matrícula e a certidão negativa de ônus devem ter data não superior a 30 dias, e não 60. (Art. 493, § 2º)

B — Incorreta

Devem ser apresentados certidão de matrícula atualizada e certidão negativa de ônus, além da anuência do cônjuge quando aplicável. (Art. 493, § 1º, I-III)

C — Incorreta

O imóvel deve estar unicamente em nome do sócio que integralizar as cotas, salvo hipóteses legais ou judiciais excepcionais. (Art. 493, § 4º)

D — Correta

As certidões devem ter data de lavratura não superior a 30 dias. (Art. 493, § 2º)

9. Com base no Provimento Conjunto nº 93/2020/CGJ/TJMG, assinale a alternativa correta quanto aos prazos para registro de nascimento:

- A) 15 dias do nascimento, prorrogáveis por até 3 meses se a residência dos pais distar mais de 30 km da serventia.

- B) 30 dias do nascimento, prorrogáveis por até 60 dias se a residência dos pais distar mais de 50 km da serventia.
- C) 15 dias do nascimento, prorrogáveis por até 45 dias se a residência dos pais distar mais de 30 km da serventia.
- D) 5 dias do nascimento, prorrogáveis por até 3 meses mediante comprovação de justa causa pelo declarante.

Gabarito: A

A — Correta

O registro será lavrado em até 15 dias do nascimento, prorrogados em até 3 meses quando a residência dos pais estiver a mais de 30 km da serventia. (Art. 537, caput e §1º)

B — Incorreta

A lei não prevê prazo de 30 dias nem prorrogação de 60 dias, tampouco menciona distância de 50 km. (Art. 537)

C — Incorreta

A prorrogação de 45 dias aplica-se ao caso de impedimento de um dos pais, e não à distância superior a 30 km. (Art. 537, §2º)

D — Incorreta

O prazo de 5 dias refere-se apenas ao nascimento ocorrido a bordo de navios ou aeronaves, e não ao prazo geral. (Art. 538)

10. Com base no Provimento Conjunto nº 93/2020/CGJ/TJMG, assinale a alternativa correta:

- A) O cancelamento será feito se o comprador não efetuar o pagamento até 60 dias após o aperfeiçoamento da intimação.
- B) Decorrido o prazo de 90 dias da expedição da certidão de não purgação da mora, os autos serão arquivados.
- C) Ultrapassado o prazo de 120 dias da expedição da certidão de não purgação da mora, será exigido novo procedimento para o cancelamento.
- D) A averbação do cancelamento por inadimplemento do comprador consignará apenas a existência da intimação, dispensada referência ao art. 35 da Lei 6.766/1979.

Gabarito: C

A — Incorreta

O cancelamento depende do não pagamento em 30 dias, e não 60 dias, após o aperfeiçoamento da intimação. (Art. 1.015, caput)

B — Incorreta

O arquivamento ocorre após 120 dias, e não 90 dias, da expedição da certidão de não purgação da mora. (Art. 1.015, § 1º)

C — Correta

Após 120 dias, para cancelamento será necessário novo procedimento. (Art. 1.015, § 2º)

D — Incorreta

A averbação deve consignar se houve a hipótese do art. 35 da Lei 6.766/1979, não podendo ser dispensada essa menção. (Art. 1.016)

Direito Civil

41. Nos termos da Lei nº 9.615/1998 (Lei Pelé), acerca dos documentos necessários para firmar contrato de desempenho com o Ministério do Esporte, **assinale a alternativa correta:**

- A) É necessária a apresentação do estatuto registrado em cartório e da ata de eleição da diretoria, acompanhados de certidão negativa de débitos federais.
- B) As entidades deverão apresentar requerimento ao Ministério do Esporte instruído com ata de eleição da diretoria, balanço patrimonial, demonstração de resultado e comprovante de inscrição estadual.
- C) Basta a apresentação de balanço patrimonial, demonstração de resultados e comprovação da regularidade fiscal, sendo dispensado o estatuto registrado.
- D) O requerimento deve ser instruído com estatuto registrado, ata de eleição da diretoria, balanço patrimonial e demonstração do resultado, inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes e comprovação de regularidade jurídica e fiscal.

Gabarito: D

A — Incorreta.

Apesar de exigir estatuto e ata, a lei ainda prevê inscrição no CCG e regularidade jurídica e fiscal; a alternativa menciona apenas certidão fiscal genérica.

B — Incorreta.

Há exigência de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes, e não de inscrição estadual.

C — Incorreta.

O estatuto registrado em cartório não é dispensável; é expressamente exigido.

D — Correta.

Reproduz fielmente o art. 56-C: estatuto, ata, balanço e DRE, CCG e regularidade jurídica e fiscal.

42. Nos termos da Lei nº 8.245/1991 (Lei de Locações), **assinale a alternativa correta:**

- A) O contrato de locação só pode ser ajustado por prazo igual ou superior a dez anos, condicionando-se sempre à vênica conjugal.
- B) A locação pode ser contratada por qualquer prazo, exigindo-se vênica conjugal apenas quando igual ou superior a dez anos, não ficando o cônjuge obrigado ao prazo excedente se ausente a autorização.
- C) A locação residencial deve respeitar prazo mínimo legal, e a vênica conjugal é exigida sempre que o contrato exceder cinco anos.
- D) A ausência de vênica conjugal invalida integralmente o contrato de locação firmado por prazo superior a dez anos, tornando-o ineficaz contra ambos os cônjuges.

Gabarito: B

A — Incorreta.

A lei permite a locação por qualquer prazo; a vênia conjugal só se exige quando o contrato for igual ou superior a dez anos.

B — Correta.

Reprodução fiel do art. 3º e parágrafo único:

- Locação por qualquer prazo
- Vênia conjugal se ≥ 10 anos
- Sem vênia, o cônjuge não está obrigado ao prazo excedente

C — Incorreta.

Não há prazo mínimo legal para locação; e a vênia conjugal não se relaciona com cinco anos, mas com dez anos.

D — Incorreta.

A falta de vênia não invalida o contrato; apenas desobriga o cônjuge quanto ao prazo excedente.

43. Com base na Lei nº 4.504/1964 (Estatuto da Terra), analise as assertivas e **assinale a alternativa correta.**

I. Considera-se Imóvel Rural o prédio rústico, de área contínua, qualquer que seja a sua localização, destinado à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial.

II. Propriedade Familiar é o imóvel rural explorado direta e pessoalmente pelo agricultor e sua família, que lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo a subsistência e o progresso social e econômico, admitindo-se trabalho eventual com a ajuda de terceiros.

III. Módulo Rural é a área mínima agricultável fixada nacionalmente pelo Poder Executivo, igual em todas as regiões, e que corresponde ao limite para caracterização da propriedade familiar.

IV. Minifúndio corresponde ao imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar.

- A) Estão corretas apenas I e II.
- B) Estão corretas apenas I, II e IV.
- C) Estão corretas apenas I, III e IV.
- D) Estão corretas I, II, III e IV.

Gabarito: B

Assertiva I — Correta.

Reprodução fiel do inciso I: imóvel rural é prédio rústico, área contínua, destinado à exploração agrícola, pecuária ou agroindustrial.

Assertiva II — Correta.

Conforme inciso II: exploração direta pelo agricultor e família; absorção da força de trabalho; subsistência e progresso; admite eventual trabalho com terceiros.

Assertiva III — Incorreta.

O texto legal NÃO define módulo rural como área mínima nacional uniforme.

O inciso III apenas diz: “Módulo Rural, a área fixada nos termos do inciso anterior”.

Logo, ele varia por região e tipo de exploração.

Assertiva IV — Correta.

Conforme inciso IV: minifúndio é o imóvel de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar.

44. Com base na Lei nº 4.380/1964, assinale a alternativa incorreta:

- A) Após 180 dias da concessão do “habite-se”, caracterizando a conclusão da construção, nenhuma unidade residencial pode ser vendida com o benefício de pagamentos regidos pelos artigos 5º e 6º desta Lei, salvo se o proprietário possuir mais de uma habitação e desejar aliená-la para adquirir outra, ainda que a contratação não seja simultânea.
- B) Para os efeitos deste artigo, equipara-se ao “habite-se” a ocupação efetiva da unidade residencial.
- C) O disposto neste artigo não se aplica aos imóveis já construídos, cuja alienação seja contratada na forma dos artigos 5º e 6º, desde que o titular incorpore ao capital de Sociedade de Crédito Imobiliário o preço da transação.
- D) A restrição deste artigo não se aplicará ao locatário que ocupe o imóvel há mais de 2 anos e deseje adquiri-lo mediante financiamento de agente do SFH, desde que os recursos obtidos pelo locador sejam utilizados na construção de novas habitações ou permaneçam depositados no SFH pelo prazo mínimo de 5 anos.

Gabarito: A

A — Incorreta.

O art. 7º §4º exige não ser proprietário ou promitente comprador de mais de uma habitação e que a aquisição seja contratada simultaneamente à alienação.

A alternativa suprimiu essa simultaneidade, contrariando o texto legal.

B — Correta.

Conforme art. 7º §1º, equipara-se ao “habite-se” a ocupação efetiva.

C — Correta.

Reprodução do art. 7º §2º: não se aplica a imóveis já construídos se o preço for incorporado ao capital de Sociedade de Crédito Imobiliário.

D — Correta.

Conforme art. 7º §5º: locatário ocupante há mais de 2 anos pode adquirir, desde que o recurso seja usado para construir novas habitações ou permaneça no SFH por 5 anos.

Direito Processual Civil

63. Considere as regras legais sobre a formação de coisa julgada sobre a questão prejudicial, decidida expressa e incidentemente no processo. Analise as assertivas a seguir:

- I. A decisão que julga o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida, podendo a questão prejudicial também ser coberta pela coisa julgada se preenchidos os requisitos legais.

II. A resolução de questão prejudicial não se sujeitará à coisa julgada quando houver restrições probatórias ou limitações à cognição que impeçam o aprofundamento da análise incidental.

III. Mesmo havendo revelia, a questão prejudicial decidida incidentalmente pode ser abrangida pela coisa julgada, desde que o juízo seja competente em razão da matéria e da pessoa para apreciá-la como questão principal.

IV. Para que a questão prejudicial seja atingida pela coisa julgada, exige-se contraditório prévio e efetivo, não se aplicando tal regra quando reconhecida a revelia.

Assinale a alternativa correta:

- A) Apenas I e III estão corretas.
- B) Apenas I, II e IV estão corretas.
- C) Apenas II e III estão corretas.
- D) Apenas I e II estão corretas.

Gabarito: B

I — Correta.

Conforme o caput do art. 503 do CPC, a decisão de mérito faz coisa julgada sobre a questão principal e pode abranger a questão prejudicial desde que preenchidos os requisitos legais do §1º.

II — Correta.

Nos termos do art. 503, §2º, a questão prejudicial não se submete à coisa julgada quando houver restrições probatórias ou limitações à cognição, impedindo exame aprofundado.

III — Incorreta.

O art. 503, §1º, II, exige contraditório prévio e efetivo, não se aplicando em caso de revelia. Logo, mesmo com competência plena do juízo, a revelia afasta a coisa julgada incidental.

IV — Correta.

Idêntico fundamento do art. 503, §1º, II: sem contraditório efetivo, e havendo revelia, não se forma coisa julgada sobre a questão prejudicial.

64. Com base no CPC, acerca do impedimento e da suspeição, assinale a alternativa correta:

- A) Os motivos de impedimento e suspeição aplicam-se apenas aos magistrados, não alcançando membros do Ministério Público nem auxiliares da justiça.
- B) O fato superveniente criado para caracterizar impedimento deve ser analisado, ainda que tenha sido provocado exclusivamente pela parte interessada.
- C) Suscitado o impedimento ou a suspeição, o juiz não poderá reconhecê-los de plano, devendo remeter o incidente obrigatoriamente ao tribunal para julgamento.
- D) Reconhecida a manifesta suspeição, o tribunal condenará o juiz nas custas e remeterá os autos ao substituto legal, sendo possível ao magistrado recorrer dessa decisão.

Gabarito: D

A — Incorreta.

O CPC estende os motivos de impedimento e suspeição a outros sujeitos imparciais do processo, inclusive membros do Ministério Público e auxiliares da justiça (art. 148, I e II, CPC).

B — Incorreta.

É expressamente vedada a criação de fato superveniente para caracterizar impedimento do juiz (art. 144, §2º, CPC).

C — Incorreta.

O juiz pode reconhecer o impedimento ou suspeição de imediato, determinando a remessa dos autos ao substituto legal (art. 146, §1º, CPC).

D — Correta.

Nos termos do art. 146, §5º, CPC, acolhida a alegação e sendo manifesta a suspeição, o tribunal condenará o juiz nas custas e remeterá os autos ao substituto, podendo o magistrado recorrer.

Direito Penal e Processual Penal

69. Em noite chuvosa, na zona urbana de uma capital brasileira, Bruno se aproximou do veículo conduzido por Helena enquanto esta aguardava o sinal abrir. Portando uma arma de fogo e anunciando o assalto, determinou que a vítima saísse do carro, objetivando subtrair o bem. Diante do pânico, Helena acelerou na tentativa de fuga, momento em que Bruno efetuou diversos disparos, atingindo-a gravemente. A vítima foi socorrida, mas faleceu horas depois no hospital. Com a aproximação de pessoas e viatura policial, Bruno fugiu sem conseguir levar o automóvel. Considerando o caso narrado e o entendimento consolidado dos Tribunais Superiores, Bruno **deverá responder por**:

- A) tentativa de roubo, pois não houve inversão da posse do veículo e a morte decorreu de erro na execução do plano.
- B) latrocínio tentado, pois não houve subtração e o resultado morte não se consumou como meio executivo.
- C) homicídio qualificado consumado, já que o agente não logrou êxito na obtenção do patrimônio e o resultado letal decorreu de dolo eventual.
- D) latrocínio consumado, ainda que o agente não tenha conseguido subtrair o bem, pois a morte da vítima se consumou no contexto do crime patrimonial.

Gabarito: D

a) Incorreta.

O simples fato de não ter havido subtração não desclassifica a conduta para roubo tentado isolado. A morte se consumou, o que atrai a incidência do tipo do art. 157, § 3º, do Código Penal.

b) Incorreta.

A jurisprudência do STF e do STJ é clara ao afirmar que o latrocínio se consuma com a morte da vítima, independentemente da consumação da subtração patrimonial.

c) Incorreta.

O resultado morte ocorreu durante a fase executória do crime patrimonial, sendo irrelevante o insucesso na obtenção da vantagem. Nessa hipótese, afasta-se o homicídio simples ou qualificado, incidindo a figura específica do latrocínio.

d) Correta.

Conforme Súmula 610 do STF, há crime de latrocínio quando o homicídio se consuma, ainda que nada seja subtraído. A morte de Helena se deu no contexto do roubo com emprego de arma de fogo, consumando-se o resultado previsto no art. 157, § 3º, do CP.

70. Em matéria de Teoria Geral do Crime, assinale a alternativa correta:

A) Nos crimes formais, o resultado naturalístico é elemento essencial para a consumação, razão pela qual a ausência de resultado impede o aperfeiçoamento do tipo penal.

B) Nos crimes omissivos próprios, a mera abstenção diante de um dever jurídico específico é suficiente para caracterizar o delito, independentemente de produção de resultado naturalístico.

C) Se o erro sobre elementos do tipo for inevitável, exclui-se o dolo, mas permanece a possibilidade de punição a título culposos ainda que o tipo culposos não esteja previsto em lei.

D) Pela teoria da imputação objetiva, inexistente necessidade de criação de risco proibido para atribuição do resultado, bastando a existência do nexo causal naturalístico para imputação penal.

Gabarito: B

a) Incorreta.

Nos crimes formais, a consumação independe do resultado naturalístico, que não é exigido para o aperfeiçoamento do tipo. O resultado, se ocorrer, é mero exaurimento.

b) Correta.

Nos crimes omissivos próprios, a omissão por si só configura o delito, bastando a violação do dever jurídico específico de agir, independentemente de resultado. A tipicidade decorre do descumprimento da obrigação legal de agir.

c) Incorreta.

Quando o erro sobre elementos do tipo é inevitável (invencível), exclui-se o dolo e a culpa, não havendo punição, salvo previsão expressa diversa, o que não ocorre.

d) Incorreta.

A teoria da imputação objetiva não substitui o nexo causal, mas acrescenta requisitos normativos, exigindo criação de risco proibido e que o resultado esteja dentro do âmbito de proteção da norma.

Direito Tributário

75. Considere as regras do CTN sobre o IPTU. Analise as assertivas abaixo:

I. O fato gerador do imposto ocorre com a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel localizado na zona urbana do Município, ou em área considerada urbana por lei municipal, desde que presentes ao menos três melhoramentos públicos previstos em lei.

II. A lei municipal pode considerar urbanas as áreas de expansão urbana constantes de loteamentos aprovados, ainda que situadas fora da zona urbana definida em lei municipal.

III. Para fins de base de cálculo do imposto, considera-se o valor venal do imóvel, incluindo o valor dos bens móveis mantidos no local para sua utilização ou comodidade.

IV. Contribuinte do imposto é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título.

Assinale a alternativa correta:

- A) Apenas I e III estão corretas.
- B) Apenas II e IV estão corretas.
- C) Apenas I, II e IV estão corretas.
- D) Apenas III e IV estão corretas.

Gabarito: B

I — Incorreta.

O texto legal exige dois melhoramentos mínimos, não três.

CTN, art. 32, §1º: zona urbana depende de pelo menos 2 melhoramentos indicados nos incisos.

II — Correta.

A lei municipal pode considerar urbanas áreas de expansão urbana/loteamentos aprovados, mesmo fora da zona formal.

CTN, art. 32, §2º.

III — Incorreta.

O valor dos bens móveis não integra a base de cálculo.

CTN, art. 33, parágrafo único: não se considera o valor dos bens móveis mantidos no imóvel.

IV — Correta.

Contribuinte pode ser proprietário, titular do domínio útil ou possuidor.

CTN, art. 34.

76. Considere as regras do CTN sobre domicílio tributário, assinale a alternativa correta:

- A) Na falta de eleição válida, o domicílio tributário da pessoa natural é sempre o local de sua residência habitual, não sendo possível utilizar outro critério.
- B) Para pessoas jurídicas de direito privado, na ausência de domicílio eleito, considera-se como domicílio exclusivamente o lugar da sede, independentemente do local do fato gerador.
- C) A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito pelo contribuinte quando houver motivo fundamentado de conveniência administrativa, aplicando-se, nesse caso, o domicílio indicado pelo contribuinte em sua última declaração fiscal.
- D) Quando não couber a aplicação das regras específicas previstas nos incisos do art. 127, considera-se domicílio tributário o local da situação dos bens ou o da ocorrência dos atos ou fatos que geraram a obrigação.

Gabarito: D

A — Incorreta

O CTN admite critério alternativo.

Art. 127, I, CTN: se residência habitual for incerta/desconhecida, considera-se o centro da atividade habitual da pessoa natural.

B — Incorreta

A sede não é o único critério.

Art. 127, II, CTN: admite-se como domicílio o local de cada estabelecimento quando vinculado ao ato gerador.

C — Incorreta

A recusa do domicílio não leva à aplicação do “último domicílio declarado”, mas sim da regra do §2º.

Art. 127, §2º, CTN: recusa → aplica-se a regra do §1º (lugar dos bens ou dos atos/fatos).

D — Correta

Art. 127, §1º, CTN:

“Quando não couber a aplicação das regras (...) considerar-se-á o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação.”

Direito Empresarial

81. Considere o entendimento firmado pelo STJ acerca da atividade exercida pelas empresas de fomento mercantil (factoring), **assinale a alternativa correta:**

A) É vedado às empresas de factoring realizar qualquer operação típica de instituição financeira, inclusive concessão de crédito mediante empréstimo, sob pena de nulidade absoluta do contrato.

B) As empresas de factoring podem conceder empréstimos, desde que não cobrem juros superiores aos praticados pelas instituições financeiras sob supervisão do Banco Central.

C) As empresas de factoring podem realizar operação de mútuo feneratício, desde que observada a taxa legal de juros prevista no ordenamento jurídico.

D) A operação de mútuo realizada por factoring, mesmo com juros legais, caracteriza atividade bancária irregular e sujeita a nulidade e sanções penais.

Gabarito: C

A — Incorreta

O STJ não proíbe totalmente a operação de mútuo por factoring; admite-a com limite de juros.

B — Incorreta

O limite de juros não é o praticado por instituições financeiras, mas a taxa legal (art. 406 do CC, c/c taxa SELIC como orientação jurisprudencial).

C — Correta

O STJ, no REsp 1.987.016/RS (Informativo 750), firmou entendimento de que empresas de factoring podem realizar mútuo feneratício, desde que respeitada a taxa legal de juros, não se equiparando automaticamente às instituições financeiras.

D — Incorreta

O simples mútuo com juros legais não caracteriza atividade bancária ilegal; o STJ afastou essa interpretação.

82. Considere o regime jurídico do desenho industrial e o entendimento do STJ sobre a matéria, **assinale a alternativa correta:**

- A) A utilização, por terceiros, de desenho industrial não registrado constitui violação à Lei de Propriedade Industrial, sendo necessária autorização do titular para qualquer exploração.
- B) O desenho industrial goza de proteção automática pelo simples fato de sua criação, independentemente de registro no INPI, sendo ilícita a reprodução por terceiros.
- C) A ausência de registro no INPI não impede o exercício exclusivo sobre o desenho industrial, desde que demonstrada a anterioridade de uso no mercado e a originalidade do design.
- D) A novidade estética de desenho industrial não registrado no INPI pode ser utilizada livremente por terceiros, independentemente de autorização, sem configurar infração à Lei de Propriedade Industrial.

Gabarito: D

A — Incorreta

Atribui exclusividade automática. A proteção não é automática; exige registro para exclusividade (arts. 95 e 108 da LPI).

B — Incorreta

Confunde regime de direito autoral com desenho industrial. Não há proteção automática exclusiva para desenho industrial; o direito nasce com o registro.

C — Incorreta

Incorre em tese não reconhecida pela LPI. Anterioridade e originalidade sem registro não geram exclusividade no âmbito industrial.

D — Correta

Nos termos do entendimento firmado pelo STJ no REsp 2.042.712/SP (Informativo 820), a proteção exclusiva ao desenho industrial depende de prévio registro no INPI. Assim, a novidade estética não registrada pode ser livremente utilizada por terceiros, sem violação da Lei 9.279/1996.

Direito Administrativo e Constitucional

87. Considere o regime jurídico dos bens públicos, nos termos do Código Civil e da Lei 14.133/2021, **assinale a alternativa correta:**

- A) Rios, mares, estradas, ruas e praças são bens públicos de uso especial, pois destinados diretamente a serviços administrativos.
- B) Os bens públicos dominicais são inalienáveis enquanto mantiverem tal qualificação, independentemente de disposição legal em contrário.
- C) Bens de uso comum do povo não admitem cobrança pelo seu uso, devendo ser sempre gratuitos, sob pena de violação ao princípio da universalidade do acesso.
- D) Edifícios e terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração pública direta ou autárquica constituem bens de uso especial, e sua alienação, se imóveis, depende de autorização legislativa e, como regra, de licitação na modalidade leilão.

Gabarito: D

A — Incorreta.

Art. 99, I e II, CC: rios, mares, estradas, ruas e praças são bens de uso comum do povo, não de uso especial.

B — Incorreta.

Art. 101, CC: bens dominicais podem ser alienados, observadas as exigências legais.

C — Incorreta.

Bens de uso comum podem ter uso especial remunerado (ex.: permissões para eventos, uso econômico autorizado). Não há regra de gratuidade absoluta.

D — Correta.

Reprodução fiel do art. 99, II, CC e do art. 76, I, Lei 14.133/2021: edifícios e terrenos destinados a serviço público = bens de uso especial; alienação de imóveis de Administração direta, autarquias e fundações exige autorização legislativa e, como regra, licitação em leilão.

88. Considere as regras atuais da Lei nº 8.429/1992 sobre a indisponibilidade de bens na ação de improbidade administrativa. Analise as assertivas:

I. A indisponibilidade de bens pode ser decretada para assegurar tão somente o integral ressarcimento do dano ao erário, não podendo alcançar valores destinados ao pagamento de eventual multa civil.

II. A ordem de indisponibilidade deverá priorizar o bloqueio de contas bancárias do investigado, devendo recair em primeiro lugar sobre ativos financeiros disponíveis.

III. A indisponibilidade somente pode recair sobre bens suficientes para recompor o dano causado ao erário ou o acréscimo patrimonial indevido, vedada a constrição sobre bens decorrentes de atividade lícita.

IV. Na ordem de preferência legal, veículos terrestres e imóveis devem ser constritos antes do bloqueio de contas bancárias, buscando-se preservar a subsistência do investigado.

Assinale a alternativa correta:

A) I e II, apenas.

B) I e III, apenas.

C) II e IV, apenas.

D) I, III e IV, apenas.

Gabarito: D

I — Correta.

Art. 16, §10, Lei 8.429/92: A indisponibilidade recai exclusivamente sobre bens para garantir o ressarcimento do dano, sem alcançar multa civil.

II — Incorreta.

Priorização do bloqueio bancário.

Art. 16, §11: a ordem legal prioriza bens corpóreos (como veículos e imóveis) e só depois, na ausência destes, contas bancárias.

III — Correta.

Art. 16, §10: A constrição limita-se ao valor do dano/ enriquecimento ilícito, não alcançando bens lícitos extra-patrimoniais além do valor necessário.

IV — Correta.

Art. 16, §11: Veículos, imóveis e outros bens vêm antes de bloqueio bancário, garantindo subsistência e continuidade econômica do réu.

94. Considere as regras aplicáveis à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), **assinale a alternativa correta:**

- A) A decisão que julgar o pedido em ADPF é irrecurável, mas admite ação rescisória, por se tratar de controle concentrado com efeitos gerais.
- B) Não é admitida ADPF contra decisões judiciais reiteradas, por violar o princípio da independência funcional do Poder Judiciário.
- C) A ADPF não pode ter por objeto leis anteriores à Constituição, devendo ser utilizado o controle difuso para análise de recepção.
- D) Podem propor ADPF os mesmos legitimados previstos para a ação direta de inconstitucionalidade.

Gabarito: D

A — Incorreta

Lei 9.882/1999, art. 12: a decisão em ADPF é irrecurável e não pode ser objeto de ação rescisória.

B — Incorreta

O STF admite ADPF para impugnar conjunto de decisões judiciais reiteradas que violem preceitos fundamentais. (ADPF 485/AP)

C — Incorreta

Lei 9.882/1999, art. 1º, parágrafo único, I: admite ADPF para avaliar recepção de normas anteriores à CF/88.

D — Correta

Lei 9.882/1999, art. 2º, I: legitimados para ADPF são os mesmos do art. 103 da Constituição, aplicáveis à ADI.

95. Sobre as normas constitucionais de reprodução obrigatória no federalismo brasileiro, **assinale a alternativa correta:**

- A) As normas de reprodução obrigatória somente integram o ordenamento jurídico estadual após sua transcrição na Constituição do Estado, pois sua eficácia é condicionada a ato normativo de recepção formal.
- B) A ausência de previsão expressa das normas constitucionais de reprodução obrigatória no texto da Constituição Estadual impede sua utilização como parâmetro no controle concentrado de constitucionalidade local.
- C) As normas de reprodução obrigatória vinculam os Estados-membros, mas sua incorporação depende de escolha política do constituinte estadual, que possui liberdade para definir a forma e a oportunidade de absorvê-las.

D) As normas constitucionais de reprodução obrigatória irradiam eficácia direta e imediata sobre os Estados, integrando suas ordens jurídicas independentemente de transcrição, admitindo apenas limitada margem de conformação sem afastamento do núcleo essencial.

Gabarito: D

A — Incorreta

Normas de reprodução obrigatória têm validade automática, independentemente de previsão expressa na Constituição Estadual.

B — Incorreta

Mesmo omissas no texto estadual, tais normas servem como parâmetro de controle de constitucionalidade local, pois integram implicitamente o ordenamento estadual.

C — Incorreta

Não existe discricionariedade quanto à adoção — há dever constitucional, apenas com pequena margem de conformação interpretativa sem desnaturar o núcleo essencial.

D — Correta

Reprodução fiel do conteúdo fornecido: eficácia direta e imediata, integração automática, não dependem de transcrição, há margem mínima e técnica de conformação, não liberdade plena.